ORDEM DO DIA

Reunião extraordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 19h00, do dia 2014/11/27

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
1	Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015			Aprovação
2	Refeitório da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho			Análise
3	Extinção da Casa do Povo de Vila Franca de Xira - Utilização vitalícia do pátio do imóvel	António Francisco da Silva		Aprovação
~~4~~	~~Proposta nº 4 - Centro Cultural do Bom Sucesso - Dotação de equipamentos~~			~~Análise~~
5	Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para 2015			Aprovação
~~6~~	~~Orçamento Participativo 2011/2012, 2013/2014 e 2014/2015 - Ponto de situação atualizado~~			~~Análise~~
7	Cedência de instalações em regime de comodato à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Vicente Mártir de Vila Franca de Xira			Aprovação
~~8~~	~~Processo de inquérito - Relatório final~~			~~Aprovação~~
9	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/11/27

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas 19h04, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: ----------

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. António José Sequeira Félix; ----------

. José António da Silva de Oliveira; ----------

. Ernesto Simões Ferreira; ----------

. Maria de Fátima Pires Antunes. ----------

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Ana Lídia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Margarida Dinis Cavaleiro, Vítor Manuel Jorge da Silva e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. ----------

---

Entraram no decurso da reunião, os Srs. Vereadores Margarida Dinis Cavaleiro e Vítor Manuel Jorge da Silva, pelas 19h08, durante a intervenção inicial do Sr. Presidente, e Rui Ribeiro Rei, pelas 19h17, durante a apresentação do ponto 1 da ordem do dia. ----------

Saiu no decurso da reunião, durante o início da discussão do ponto 2 da ordem do dia, pelas 20h32, o Sr. Vice-Presidente. ----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: ----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 002
Reunião de 2014/11/27
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

. Adjunto

Mário Nuno Duarte

Jorge Zacarias

. Técnico Superior

Dr. Renato Gonçalves

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

. Adjuntos

Adão Conde

. Secretária

Fernanda Gomes

. Assessoria

Bruno Oliveira

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

. Coordenador

Dr. Cláudio Lotra

NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL

. Técnica Superior

Drª Mª Paula Ascensão

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno

Drª Nélida Soares

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

. Diretor

Arqtº Nuno Santos

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

. Diretora

Engª Rosário Ferrão

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas

Engº Clemente Rocha

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA----------

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus ----------

Drª Maria João Carraça ----------

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL----------

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público ----------

Arqtª Catarina Conde ----------

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ----------

. Chefe da Divisão Administrativa e Financeira ----------

Drª Teresa Botelho ----------

. Técnica Superior----------

Drª Sandra Marcelino ----------

Assunto: INÍCIO DA REUNIÃO ----------

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, e informando, relativamente ao ponto 2, que crê que terá de ser melhor informado, e exige, do ponto de vista do executivo, uma melhor apreciação em termos de parecer jurídico. Por isso, retirará o ponto para melhor reflexão e análise. ----------

Agradece o facto da Drª Paula Ascensão se ter disponibilizado em estar presente, até mais tarde, se quiser continuar na reunião, será com a própria, mas poderá retirar-se, e falarão sobre o ponto amanhã ou na segunda-feira.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que tem uma pergunta ou duas para fazer sobre a matéria.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando ao Sr. Vereador Nuno Libório se está em condições, com os elementos que tem, de falar sobre o ponto, dizendo ainda que se os Srs. Vereadores estiverem confortáveis com a documentação que têm, então poder-se-á continuar a discussão do ponto. ----------

Pensa, efetivamente, da análise que fez, que é necessário ter mais elementos para além daqueles que foram distribuídos.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando os presentes, e mencionando que a preocupação dos membros da CDU é só uma. ----------

Como se recorda o Sr. Presidente, este assunto já não é a primeira vez que é adiado, no âmbito da discussão, e estão na posse de informação, que crê que pode adiantar como sendo válida, que pelo menos haverá uma qualquer intenção de abdicar dos direitos do município sobre a legítima propriedade, ou a prova de que o município é proprietário, efetivo, deste equipamento, além de ser seu utilizador de há muitos anos a esta parte.----------

Portanto, a sua pergunta é só a seguinte: Estará a câmara municipal em condições de tomar uma posição sobre esta matéria na quarta-feira da semana que vem?------

O Sr. Presidente interveio, respondendo que quem tem de tomar essa decisão é a câmara municipal.----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntado ao Sr. Presidente se o compromisso do próprio é tentar trazer este assunto na quarta-feira, na ordem de trabalhos.----------

O Sr. Presidente interveio, respondendo que se o Sr. Vereador Nuno Libório

entende que os elementos que tem na sua posse são suficientes para falar sobre o ponto, não tem problema nenhum. ----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não quer conversar muito sobre a história, o que quer é perceber qual é a disposição das forças políticas para encarar o presente e o futuro no espaço mais curto de tempo. ----------

Os membros da CDU querem tentar perceber se há consenso ou não para se avançar para uma metodologia, no sentido de, se todos estiverem de acordo com a opinião da CDU, o refeitório continuar a ser entendido, como sempre, de património municipal, sendo só essa a preocupação. ----------

Os elementos de que dispõem, percebendo que há dados ou peças que poderão ser, ou melhor desenvolvidas, ou melhor documentadas, chega-lhes minimamente para perceber o que aconteceu. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que então o ponto 2 mantém-se. ---------

Assunto: TABELA DE TARIFAS E PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA PARA O ANO DE 2015 ----------

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/11/12, para aprovação da Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento. ----------

Interveio o Sr. Presidente, sugerindo que se faça a análise deste ponto em conjunto com o ponto 5 da ordem do dia, apesar de serem matérias diferentes.----------

Crê que na reunião anterior, ou pelo menos ficou com a ideia, não sabe se certa ou não, se tratou da análise destes pontos de uma forma conjunta, quando são pontos completamente díspares. Num está-se a falar sobre o tarifário da água, noutro do tarifário da gestão dos resíduos urbanos, que têm nuances completamente diferentes, apesar de terem um ponto comum, que são as exigências que a entidade reguladora coloca.----------

Por isso, como este trabalho foi muito desenvolvido tecnicamente, antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores pedirá à Drª Nélida Soares que sobre a matéria possa ajudar na reflexão, trazendo alguns dados do referido trabalho. ----------

Tomou a palavra a Drª Nélida Soares, mencionando que na sequência do que foi explicado na reunião de câmara de 19 de novembro, e por imposição da nova regulamentação, fez-se um trabalho de apuramento de todos os custos com a recolha dos resíduos urbanos.----------

A nova legislação obriga a que seja sustentável este serviço prestado aos utilizadores, e considera-se que o apuramento do total de custos foi o mais razoável possível, escalpelando-se tudo e mais alguma coisa, custos de pessoal, de manutenção de viaturas, de investimento e de amortização de equipamento.---------

A margem que existia para aliviar o impacto no tarifário final era a convergência dos 5 anos, que foi adotada por este executivo, e daí, neste primeiro ano não ser tão pesado para as famílias ou para utilizadores não domésticos. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, para a apresentação da tabela de tarifas e preços dos SMAS para 2015, fazendo em primeiro lugar um sublinhado à exposição da Srª Nélida Soares, porque pensa que foi clara e objetiva na divisão

dos pontos, e depois focar algo que na última reunião, provavelmente, não foi corretamente entendido ou o próprio não se soube explicar.----------

Se os Srs. Vereadores estiverem bem recordados, as tabelas do ano passado, para 2014, apresentaram uma taxa de 0%, dizendo-se, à data, que provavelmente se estaria condicionado, face ao agravamento das energias que suportam o dia a dia dos SMAS, nomeadamente a energia elétrica, que teve um agravamento na casa dos 2,8%, 2,9% e 3,2%, consoante média, baixa ou alta tensão, e considerando que todos os dispositivos espalhados no concelho fazem um serviço de 24 horas por dia baseado na energia elétrica. ----------

Reforça, quanto a esta proposta, que em cerca de 150 tarifas apresentadas a administração dos SMAS teve uma preocupação, manifestada junto da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e não foi fácil, nas reuniões com esta entidade, chegar ao valor de aumento de 1%, porque a recomendação ia mais longe.----------

Como disse a Drª Nélida Soares têm que se ter custos que se suportem, na ótica do utilizador/pagador, mas, tendo presente a vertente que norteou no final de 2013, ao apresentar as tarifas para 2014, que é a de ajudar principalmente as famílias, assim se fez, inclusivamente reduziram-se taxas em cerca de 50%, continuando a cumprir as recomendações da ERSAR. Desta forma, continuam-se a ajudar as famílias acima de 4 elementos no agregado familiar. ----------

Quanto aos custos industriais e de exploração, tem que se fazer face a eles, pois, como disse ontem na assembleia municipal, têm que se continuar a apoiar as famílias e as pequenas e médias empresas, o que foi entendido por todas as bancadas, e com muita satisfação, principalmente pela administração dos SMAS, pois nas votações que se vieram a verificar existiu um entendimento neste tipo de gestão. ----------

Os serviços estão conscientes que tem de se cumprir a legislação, assim o regulador fez, e, no mínimo dos mínimos, tentou-se cumprir. Ontem foi aprovado, na assembleia municipal, o regulamento e plano plurianual de investimentos para 2015, e os Srs. Vereadores devem ter reparado que se aumentou o PPI em cerca de 100 000,00€, deduzindo a prestação de serviços, o que significa que se conseguiu aumentar o investimento, criando melhorias, porque esses 100 000,00€

são direcionados para a melhoria das redes de saneamento, principalmente no abastecimento da água.----------

Verifica-se um investimento de cerca de 1 250 000,00€ nos reservatórios da Póvoa de Santa Iria, como já se fez em Vialonga há cerca de 2 anos, e que veio a beneficiar todo o sistema de distribuição a nível de abastecimento da água.----------

Terminou, referindo ficar à disposição para os esclarecimentos que se entenderem necessários. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, fazendo a apresentação do ponto 5, relativo ao tarifário dos resíduos urbanos, dando conta, em complemento da apresentação que já foi feita na última reunião, que o sistema de tarifários relativo aos resíduos sólidos urbanos que se apresentou à câmara municipal é decorrente do novo enquadramento legal existente em Portugal, e das recomendações dadas pela ERSAR, a entidade reguladora dos resíduos em Portugal, sobre esta matéria. ---------

Genericamente, o princípio existente na legislação hoje em dia é a aproximação, cada vez mais, a um sistema de utilizador/pagador, ou seja, os custos decorrentes do sistema de recolha e encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos deve corresponder à taxação feita para esse fim, sobre a comunidade. Este princípio obrigou então a uma aturada contabilização dos custos existentes na câmara municipal para fazer este serviço, e por outro lado à determinação de uma taxa correspondente.----------

A câmara municipal não tem, relativamente a esta matéria, nenhuma margem de manobra, a não ser a possibilidade existente na lei, e a opção do executivo é utilizar essa margem toda, de garantir que o impacto do custo do sistema da recolha dos resíduos sólidos urbanos seja abrandado e retardado na comunidade, no prazo máximo que a lei fixou, de 5 anos. Isso significa que a câmara municipal, ao longo destes 5 anos, e é a proposta que hoje é trazida, irá subsidiar o sistema em 3 milhões de euros. Já em 2015 a câmara municipal propõe-se a subsidiar o sistema em um milhão de euros, e depois ir reduzindo paulatinamente no prazo máximo que a lei permite.----------

Depois, na definição da taxa, houve o cuidado de aplicar uma chamada tarifa de disponibilidade, um valor que todos os consumidores pagam pela disponibilização do sistema, com um valor bastante mais baixo, sobretudo comparando com as

propostas de tarifa nos municípios à volta, na Área Metropolitana de Lisboa e nos municípios mais próximos, e depois aplicar um valor por cada metro cúbico consumido de água. Esta determinação de taxação variável, um valor por cada metro cúbico de água, é o que se encontra previsto nas recomendações da ERSAR e na legislação sobre esta matéria.----------

Foi também devidamente avaliada e estudada a possibilidade existente, sobretudo em literatura, do chamado sistema de recolha PAYT (Pay as you throw – Pago à medida do que se deita no contentor). Aquilo que se verifica na literatura sobre a matéria é que esse sistema sai muito mais caro ao consumidor, por um lado, e por outro tem-se verificado também, nos poucos locais onde é implementado, uma contaminação com resíduos sólidos urbanos indiferenciados nos sistemas de reciclagem, existindo um desvio de depósito de resíduos sólidos urbanos indiferenciados em locais inapropriados, nomeadamente nos sistemas reciclados, que, como se sabe, dão receita à câmara municipal.----------

Esta possibilidade foi analisada pelos técnicos, e foi uma preocupação levantada na última reunião de câmara pelo Sr. Vereador Rui Rei, relativamente à qual o próprio não quis deixar de dar hoje nota. ----------

Uma última referência, também importante, é a do levantamento dos custos do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, em que se verificava uma situação que é relevante, ou seja, o relativamente mais baixo custo associado ao processo em relação a outros sistemas. Este é um aspeto que tem ganhos para a comunidade e para o utilizador e, somado com esta subsidiação da câmara municipal ao sistema, de 3 milhões de euros ao longo de 5 anos, vem retardar o impacto do custo do sistema sobre o utilizador, que é no fundo o que a câmara municipal também quer retardar o mais possível.----------

Contudo, não está nas mãos da autarquia atuar de outra forma, uma vez que a legislação de resíduos, neste momento, em Portugal, aponta para o equilíbrio tarifário entre os custos e as receitas.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que vai falar do ponto 1. A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro falará do ponto 5, e é precisamente igual ao que foi falado na última reunião.----------

Pouco tem a dizer sobre a situação, que foi muito discutida, e o Sr. Vereador

António Oliveira, já na outra reunião, fez o favor de responder a algumas questões dos membros da CDU, bem como explicar outras, e hoje fê-lo, e muito bem, mais detalhadamente, pelo que agradecem a sua boa vontade.----------

A questão de fundo que têm, e concordando com muitas coisas que o Sr. Vereador disse, nesta e na outra reunião, é o 1% de aumento. Apesar do esforço que fizeram nestes dias, continuam a pensar, como disseram na outra reunião, e não se vai alongar muito, pois a ata da outra reunião contém isso tudo, que embora se possa "chorar" por causa das questões levantadas, dos aumentos da EDP e de todas essas decisões, derivado à situação em que ainda se vive, de crise permanente e cada vez mais difícil, a câmara municipal devia, no ano de 2015, não fazer qualquer aumento em relação a estas tarifas. O próprio falou na altura, mas isso em qualquer altura pode ser feito, que a câmara municipal rompe o compromisso das medidas de anticrise que há anos atrás implementou.----------

Apesar do esforço que fizeram mantêm a mesma posição, estão contra o aumento de 1%, e nem quer falar nas próximas taxas que aí vêm, em que há um paralelismo. Já receberam essa documentação, que é até de paralelismo em relação à câmara municipal, mas não quer falar nisso, porque não está na ordem do dia, e no dia 3 falarão. Apesar dos custos e do excelente trabalho dos SMAS, que sempre salvaguardam, consideram, e é uma ideia que têm, que não devia haver um aumento de 1%. Só por essa razão mantêm a posição, do voto contra, embora um pouco contrariados, mas terá de ser, porque não devia haver aumento, e vai haver paralelismo na próxima reunião, em taxas da câmara municipal. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de fazer uma declaração de voto relativa ao ponto 1, deixando um conjunto de sugestões ao Partido Socialista, para saber se está de acordo.----------

Referiu que a declaração, que ficará junto à ata, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, tem 6 páginas, passando seguidamente à leitura da sua fase final, e das questões que condicionam o voto dos membros da Coligação Novo Rumo:----------

A promessa, por parte do executivo, que este documento venha à revisão de um modo mais atempado no próximo ano; ----------

A garantia do acesso universal ao serviço de água e saneamento, assegurado por

um redutor de caudal colocado no contador, o que quer dizer que a câmara municipal, em muitos dos casos, fica obrigada a dar um fornecimento mínimo a um conjunto de famílias que, por variadíssimas razões, não tem condições financeiras para suportar sequer um pagamento mínimo, sendo o fluxo suficiente para que os cidadãos e suas famílias possam ter aquilo que se considera a higiene mínima diária, e para a sua alimentação, ficando com esta redução vedada a possibilidade de outro tipo de usos;----------

A colocação de uma informação mais detalhada relativamente aos consumos reais de cada contador na fatura;----------

Desenvolver, no prazo de 6 a 10 meses, numa zona muito delimitada no concelho, e a uma escala representativa das diversas situações, um sistema de PAYT (Pay as you throw);----------

Por último, desenvolver, no prazo máximo de 10 meses, um estudo de contabilidade analítica, que evidencie os reais custos de operações e os serviços de fornecimento e distribuição de água, de saneamento e de recolha de resíduos, por fluxos.----------

Para os membros da Coligação Novo Rumo votarem a favor deste documento o Partido Socialista tem de assumir que tem condições de fazer os estudos e a implementação que propõem, para que as famílias, neste concelho, possam saber verdadeiramente o que consomem e o que pagam, e efetivamente dar um estímulo adicional a que, quem consome menos, paga efetivamente menos. Não é uma situação nova, em Portugal há pelo menos dois concelhos onde se começa a ter esta solução, e pensa que seria a prazo uma solução que teria o acordo de todos os intervenientes.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que efetivamente é um caderno de encargos vasto, provavelmente exequível, mas não sabe se no tempo que é referido, e há questões de caráter jurídico que se têm de avaliar, pois não sabe se todas as matérias colocadas na declaração de voto têm suporte jurídico. De qualquer forma, parece-lhe que é bem possível, não sabe se no prazo que é referido, ser um ponto de partida para melhorar e ter uma avaliação cada vez melhor.----------

Depois, o ponto 5 também já foi discutido, mas passará a palavra à Srª Vereadora

Margarida Cavaleiro, pois houve uma apreciação conjunta dos dois pontos, o que não tem mal, e até poderá vir a ajudar no contexto mais geral.----------

Aquilo que quer dizer é que o estudo que se fez, que foi vasto, feito pela Drª Nélida Soares, Dr. Luís Marques, Dr. Luís Vasconcelos, Arqtª Catarina Conde e outros serviços que nele colaboraram, permitiu verificar algumas coisas de que por vezes não se tem noção, quanto é que se gasta, quanto é que se cobra, e qual o défice deste serviço.----------

Nesse ponto de vista o trabalho foi muito importante, e para além da importância de se saber onde se está, é necessário avaliar outras metodologias que naturalmente se têm vindo a estudar internamente. Algumas das matérias foram agora colocadas, pensa que algumas são bem possíveis de ser implementadas, na medida em que os relatórios e estudos que se têm apontam também um pouco nesse sentido. ----------

Há matérias pelas quais não há, pelo menos da documentação técnico-científica destas questões, uma consolidação das práticas, principalmente na questão dos resíduos.----------

De qualquer modo, relativamente à água, gostava que os Srs. Vereadores da CDU fizessem um exercício, pois a água do concelho é a mais barata desde há muitos anos a esta parte, e continuará a ser, de entre os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Todos vão aumentar, porque "não há milagres", e para se continuar a ter um serviço de qualidade, naturalmente que há a necessidade de fazer alguns ajustamentos, e a proposta que o executivo faz é um mero ajustamento, não é muito mais do que isso. ----------

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro tomou a palavra, dizendo, em relação ao ponto 5 da ordem do dia, que os membros da CDU gostariam de colocar algumas questões, e ao mesmo tempo sublinham as anteriores, sendo que passará a referir aquelas que são repetição.----------

A primeira tem a ver com a questão de que é uma imposição central, e até, parafraseando o Sr. Vice-Presidente, "a câmara municipal não tem margem de manobra", portanto, está-se perante uma proposta que se tem de aprovar, porque é assim, é uma proposta da ERSAR, desta entidade do Governo central. ----------

De facto, lamentam muito esta perda de autonomia sucessiva que as câmaras

municipais têm vindo a sofrer, e julgam que qualquer câmara municipal pode contar com a CDU para esta luta, com estas novas imposições, que no fundo acabam por representar, como se está a ver neste caso, e noutros, um aumento do custo dos serviços, e em muitas situações uma perda de qualidade. Não refere em concreto, mas também sabem os problemas que tem havido com a recolha dos resíduos em virtude dos recursos humanos disponíveis e outros.----------

Esta é uma primeira questão, relativa ao papel da câmara municipal enquanto reivindicadora da sua autonomia para continuar a gerir as suas taxas e tarifas, com os seus critérios.----------

Depois, a CDU não percebe e não se revê neste conceito do princípio do utilizador/pagador, que no fundo acaba por gerar inúmeras injustiças. Pagam-se imensos impostos, e aqueles que que são os serviços públicos devem ser assegurados, mas não através deste princípio. Inclusivamente, na questão dos resíduos, e partindo das análises que foram feitas e demonstradas, é um sistema muito difícil funcionar por esse método, dado o exemplo que o Sr. Vice-Presidente referiu, do "pay as you throw", que depois acaba por originar, ou uma má separação dos resíduos, ou até, quem sabe, em última análise, lixeiras ilegais, acabando por ser uma questão que deve ser vista e muito bem pensada antes de implementar.----------

Daí, presumem que tenha sido esse o motivo de se ter anexado este valor da recolha dos resíduos ao consumo da água, com eventuais injustiças que advêm deste princípio do utilizador/pagador. ----------

A questão de fundo, que foi referida já na reunião de câmara passada, tem a ver com o aumento, em que questionam que aumento será. No documento não conseguem ter uma comparação, e além da comparação de 2014 para 2015, tendo em conta que, ao que parece, esse aumento vai ser progressivo nos próximos 5 anos, e depois no sexto ano não existe sequer o tal subsídio da câmara municipal para o financiamento do serviço, interessava saber, para que haja transparência e uma melhor informação dos munícipes sobre o que vai acontecer a esta taxa, qual vai ser o aumento, preferencialmente numa análise comparativa ao longo destes 5 anos.----------

Para além disso, suspeitam, e esperam que mal, mas quase de certeza que assim

é, pois já viram outros serviços públicos aumentar as suas tarifas para depois privatizar, como o caso da luz e telecomunicações, por exemplo, mas há outros, e temem que estas diretivas centrais que induzem a uma quase inevitabilidade do aumento das taxas preparam claramente a privatização, também dos resíduos, que aliás já teve um primeiro passo com a privatização da EDG. Desta forma, também nesta situação a CDU demonstra que está contra, e preocupada com estas subidas.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que há frases que se dizem variadíssimas vezes, umas por questões ideológicas, outras por desconhecimento, e quando se mistura o caso da privatização das telecomunicações com a questão da eletricidade ou outras, ou não se conhece, o que é legítimo, ou fala-se porque é uma questão estritamente ideológica.----------

Então, indo às questões, a das telecomunicações não é nada assim, é tudo exatamente ao contrário, e a partir do momento em que existiu a privatização no setor das telecomunicações os preços baixaram. Não só baixaram os preços, como diminuíram os prazos para instalação de telefones em casa, pois na altura, antes da privatização, quando a Portugal Telecom tinha o monopólio, e ainda antes, com os TLP, eram anos à espera de telefones e a "meter cunhas". Com a privatização isso acabou, e vai explicar porque é que nas telecomunicações isso aconteceu, e não acontece na eletricidade. É por uma razão simples, nas telecomunicações existiu e passou a existir uma verdadeira concorrência, e na questão da eletricidade ou do gás continuam a existir monopólios. Essa é a diferença, não há mais nenhuma. Pode ser oligopólio, chama-se o que se quiser, mas nas telecomunicações existiu, verdadeiramente, uma baixa de preços, uma verdadeira concorrência, e as pessoas passaram a ter serviços que não tinham até então.-------

São coisas que se devem ver e avaliar, não se deve "meter tudo no mesmo saco", porque com "tudo no mesmo saco" as coisas misturam-se e a água e o azeite têm sempre dificuldade em misturar-se.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não sabe se o Sr. Vereador António Oliveira e o Sr. Vice-Presidente conseguiram apanhar todas as questões que foram colocadas pela bancada da Coligação Novo Rumo, e crê o próprio que há um ponto, pelo menos o primeiro, que terá de ter uma melhor avaliação.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, para dizer que, antes de abordar o documento apresentado pela Coligação Novo Rumo, dará alguns esclarecimentos à bancada da CDU.----------

Registou as palavras ditas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, que começou a sua intervenção por dizer que entre estas duas reuniões os Srs. Vereadores fizeram um esforço para tentarem compreender e chegar mais perto da proposta. Depois, utilizou o termo de que, derivado à crise que ainda se mantém, o agravamento de 1% não está dentro da disposição dos membros da CDU de votação.----------

Logicamente que compreende isso, e de maneira nenhuma o coloca em causa, já o disse na anterior reunião, também não o irá fazer agora, mas tem imensas dificuldades em perceber, e o Sr. Vereador deve permitir que tenha estas reservas. Quando se olha para uma tabela de tarifas que se está a apresentar, em que se beneficia ou não se sobrecarrega, pelo segundo ano consecutivo, as famílias e pequenas empresas, sinceramente, não entende, e esse argumento não colhe. Pode-se ir buscar outro, mas esse não colhe. Se é pela vertente das famílias, não colhe, porque pode-se ver, na tabela de tarifas e preços e respetiva variação, que a nível do saneamento cumprem-se as recomendações da ERSAR, baixando 50%, e não se toca, pelo segundo ano consecutivo, nas famílias. Portanto, tem muita dificuldade em compreender o argumento da CDU. ----------

Se é um argumento político, aí respeita a situação, e então há que assumir e dizer "verticalmente", que é uma posição política em relação ao 1% para as outras tabelas. A tabela tem cerca de 158 rubricas, está-se a tocar em cerca de 70, e nessas 70 é única e exclusivamente para fazer face aos custos que são imputados ao município.----------

Como dizia o Sr. Presidente, efetivamente continua com alguma dificuldade em compreender, quando não é a câmara municipal, do distrito de Lisboa, é a ERSAR, a entidade reguladora, que publica no seu documento oficial, e por ironia do destino a mesma que atribuiu o selo aos SMAS, no dia 3 deste mês, a que ontem, felizmente, a assembleia municipal soube dar o devido respeito, que no distrito de Lisboa, Vila Franca de Xira, com 14%, é o município com tarifa mais baixa. ----------

No setor de quem paga menos tem-se o Sobral de Monte Agraço, com 15,55%, Cadaval com 16%, Amadora com 19%, e Cascais com 19%. No setor de quem paga

mais, no topo está Torres Vedras, com 32%, Alenquer com 29%, Loures com 29%, Odivelas com 29%, e Mafra com 28%. Indo para outro distrito perto, para o de Setúbal, quem paga menos é Alcochete, Palmela, Santiago do Cacém e Sines, e quem paga mais é Grândola, Barreiro, Setúbal, Moita e Sesimbra. ----------

Pensa que a perspetiva de ajudar as famílias está presente, porque é exatamente a mesma deste ano. A vertente da perspetiva das famílias mantém-se, não se toca nela, pelo que tem alguma dificuldade em compreender. ----------

A administração dos SMAS reuniu-se, entre estas duas reuniões, para analisar concretamente esta posição, e logicamente que foi assumida, pelo que não está em discussão, só quis entender, porque o ano passado foi zero, e este ano a premissa de 1% para as famílias foi exatamente o zero. É isso que está em questão, e os SMAS têm dificuldades políticas para entender. Zero é zero, não é 0,1, e o zero de 2014 é o zero de 2015.----------

Se lhe disserem que é só pelo 1% em relação às outras tabelas, e do princípio do utilizador/pagador, utilizando também a questão que a Srª Vereadora focou há pouco, da privatização da água, há muito tempo que o próprio disse, nas reuniões de câmara, e se calhar é fruto da Srª Vereadora não poder vir às reuniões em continuidade, apesar de poder sempre ler as atas, que enquanto o Partido Socialista estiver na câmara municipal a água não é privatizada. O executivo disse isto "preto no branco", claro como água, e assumiu essa posição, porque estando o próprio, como é público, no conselho de administração da Valorsul, como membro não executivo, mas representando a câmara municipal, apercebeu-se do que foi este "mundo" dos resíduos, através da EGF – Empresa Geral de Fomento. Resíduos de um lado, água do outro, e não é preciso ser muito inteligente, "eles andam por aí", é um mundo muito apetecível. O município disse, muito claramente, que votará sempre contra todos esses ataques que se queiram fazer para a privatização da água, sempre assumiu isso, e irá continuar a fazê-lo.----------

Agora, uma coisa é a posição política, outra coisa é a perspetiva de gestão, mas nunca se vai esquecer a perspetiva social, das famílias, o que estará sempre presente na gestão dos SMAS. ----------

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, referindo que começará por fazer uma referência à intervenção da Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, que, no fundo, deu

conta do que também já se tinha referido, que este princípio do utilizador/pagador tem, por regra, uma consequência, sobretudo nos municípios em que, como em Vila Franca de Xira, a determinação dos valores tem tido uma preocupação social acentuada, nomeadamente anterior a esta legislação, que impõe esse princípio do utilizador/pagador de uma maneira muito clara, e pode levar a um aumento do custo para o utilizador. É para evitar esse aumento de custo que a câmara municipal propõe a utilização máxima do período de dilação dos 5 anos.----------

Uma referência muito interessante que a Srª Vereadora fez respeita à problemática da privatização do setor dos resíduos, que, sob o ponto de vista da recolha, é o que em parte está contemplado no tarifário, mas os sistemas de recolha, por regra, não fazem parte dos processos da privatização. Aliás, foi uma das questões que o Sr. Presidente muitas vezes levantou no processo de privatização que foi feito da EGF, e por essa via também afetando a Valorsul, o facto de se estar apenas a privatizar o sistema central, deixando para os municípios o principal custo, nomeadamente de gestão, que é a recolha.----------

Os sistemas centrais limitam-se, nem sequer a recolher, limitam-se a receber, e depois a fazer o tratamento adequado, a valorização energética, no caso dos resíduos sólidos urbanos, ou a transformação, no caso dos reciclados. Efetivamente, os custos operacionais da recolha nunca estiveram em causa nesta privatização, porque sob o ponto de vista económico esse interesse não está do lado da recolha, está do lado do tratamento e valorização. Por isso é que foi essa a opção tomada pelo Governo, e aliás em reunião de câmara o executivo socialista sempre se manifestou contra esse processo. ----------

Não quis deixar de fazer esta referência, porque é importante neste processo, que parece que é o mesmo, e não é, pois as câmaras municipais estão dum lado, em termos de competências, e o sistema central está num outro.----------

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Vereador Rui Rei, sem embargo da apreciação global que o Sr. Presidente fará, refere duas ou três questões. A primeira é a da proposta de revisão mais atempada, que lhe parece possível, sob o ponto de vista teórico, mas há algumas contingências de prazo de remessa à ERSAR, que podem implicar que a reflexão muito atempada em reunião de câmara possa não ter efeitos concretos, porque a remessa à ERSAR tem meses específicos

para ser feita. Contudo, em teoria é uma questão que parece possível de antecipar. Relativamente à questão do sistema PAYT – "Pay as you throw", como disse logo de início, pode ser estudado, e o desafio lançado é que seja estudado, e em teoria pode ser. As experiências no terreno são muito poucas, como se sabe, e as soluções que têm sido encontradas no terreno têm ditado, como também já disse, sobretudo, duas coisas: Uma é que é um sistema mais caro do que o atualmente utilizado, e em segundo, pode dar origem a desvio na colocação dos resíduos, que contamine os reciclados.----------

Se isso acontecer é pior sob o ponto de vista do sistema, porque os reciclados dão verba. Não se paga pelos reciclados, recebe-se pelos reciclados, mas pelos que chegarem em condições de serem efetivamente reciclados, pois se forem contaminados, o seu valor de mercado desce drasticamente. Contudo, é uma questão que, sob o ponto de vista teórico e de estudo de "local-piloto", poderá vir a ser aferida, e depois se verificará que impacto também tem sob o ponto de vista do custo para o utilizador em concreto.----------

Relativamente à questão do estudo da contabilidade analítica, corresponde efetivamente a um esforço que já tem vindo a ser feito, e aliás houve ocasião, já este ano, de trazer um estudo bastante detalhado sobre o processo da recolha, quer dos indiferenciados, quer dos reciclados, e tem-se, neste momento, conforme o executivo se comprometeu na altura em que trouxe o estudo, no primeiro semestre deste ano, já colocados sensores nalgumas das ilhas, que estão neste momento a fazer o estudo da eficácia, permitindo também que os circuitos de recolha possam acompanhar os graus de enchimento dessas ilhas ecológicas.--------

Como se sabe o concelho está muito bem dotado desse tipo de equipamentos, e até ao final do ano, inclusivamente, conta-se instalar mais umas quantas ilhas ecológicas no concelho, e portanto vai também, perfeitamente, no caminho que o executivo municipal está a fazer, e com grande intensidade a partir deste ano, na decorrência do estudo que entretanto se fez sobre a matéria.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é a primeira vez que os membros da CDU assistem a um debate desta natureza, pois quando começam a faltar argumentos locais para justificar políticas locais erradas, recorre-se de exemplos nem sempre suficientemente baseados na possibilidade de comparação,

para justificar o injustificável. É uma tendência do Partido Socialista, desde que gere a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, encontrar medidas de comparação para justificar coisas com as quais, pela sua visão e prática, a CDU não concorda, e muitas das vezes recorre desses exemplos.----------

O discurso é do Partido Socialista, só a ele lhe diz respeito, mas deve o Sr. Presidente deixar que o próprio lhe diga que pensa, se se entrar nesta tentação de querer discutir o que se passa na casa dos outros, os atos de gestão dos outros municípios, que se estará a fugir da realidade. Fugir da realidade é, por exemplo, não reconhecer, ao contrário do que disse o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, o exemplo de Odivelas, da privatização da água, e poderia ter dado outro, o de Alenquer.----------

Interrompeu o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que poderia dar o da Moita.---

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando se é o de privatização, parecendo-lhe que o Sr. Vereador António Oliveira continua equivocado.----------

O Sr. Presidente interrompeu, pedindo calma ao Sr. Vereador, pois haveria muita coisa a dizer.----------

Continuou o Sr. Vereador, dizendo que tem muita calma, e que o Sr. Presidente tem uma tendência muito fácil, e é recorrente essa sua habilidade, mas o que tem é de assumir responsabilidades no concelho, e é perante os munícipes de Vila Franca de Xira que o Sr. Presidente deve falar sobre os seus atos de gestão, sendo que vai recordar outra situação.----------

Tendo sido novamente interrompido pelo Sr. Presidente, referiu ainda saber que o executivo não gosta de ouvir tudo aquilo que da parte da CDU há para dizer, mas o Sr. Presidente deve ter alguma tranquilidade, pois não deixa o próprio terminar a sua intervenção. Ouviu o Sr. Presidente com toda a atenção, e este deve deixar cumprir o direito de oposição.----------

Respondeu o Sr. Presidente que respeita integralmente esse direito, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório disse que às vezes não parece.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador, perguntando quem criou a lei da água, e de que partido foi a iniciativa. Não foi do PS? Por acaso os membros do PS estarão esquecidos disso, daquela transposição cega e a todo o custo da diretiva-quadro da água? Quem é que vendeu a Aquapor? Quem é que introduziu pela primeira vez os

privados num sistema de mercantilização da água?----------
Os membros da CDU não recebem, do Partido Socialista, nenhuma "lição de moral" sobre a questão da água, pois o Partido Socialista iniciou em Portugal, e na região, o processo de privatização do setor da água.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que, de facto, é extraordinário, porque não se está isolado no mundo, e como não se está, se há boas práticas de um lado, têm que se aceitar, e rejeitar más práticas, sendo tão simples como isso. A única coisa que o Sr. Vereador António Oliveira constatou foi uma série de práticas, de procedimentos, estratégias e opções, e nada mais do que isso.----------
Cada um é responsável, naturalmente, pelas opções que toma, mas poder-se-ia ir muito mais longe, e na área dos resíduos então poder-se-ia ir muitíssimo mais longe, porque efetivamente é possível ter taxas baixas quando não se paga. Há municípios que têm dívidas enormes aos respetivos sistemas, recebem, mas não pagam, e assim também é fácil.----------
O que acontece em Vila Franca de Xira não é nada disso, são contas equilibradas, corretas e sem dívidas a ninguém. Sobre esta matéria está absolutamente tranquilo, e quando o PS diz estas coisas não é para ferir a sensibilidade política de ninguém, é só para fazer alguns paralelismos, nada mais que isso, e se de facto foi aduzido pelo Sr. Vereador e pela bancada da CDU alguma incomodidade, não foi essa a intenção, foi só para se perceber que quando o executivo PS está a fazer uma proposta, ela também tem de ter algumas analogias. Não é nada mais do que isso, e a analogia dos membros do PS é uma analogia que os orgulha, qualidade e baixo preço, sem dívidas a ninguém. ----------
Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não usará muito mais da palavra, porque o Sr. Presidente tem todo o direito de dizer aquilo que por bem entende dizer, mas não o vai acompanhar nessa discussão. Como disse, o Partido Socialista quer entrar por uma discussão que é uma "não discussão", sendo absolutamente deselegante o Sr. Presidente querer falar sobre atos de gestão que não lhe competem decidir, nem a nenhum dos presentes. --------
Depois, o Sr. Presidente não deve fazer uma mistura, porque no contexto da "misturada" de discussão que o PS está a fazer sobre a matéria, não tarda nada os membros da CDU ficam mesmo de acordo com ele, que se acabou por não discutir

coisíssima nenhuma, que é o que se passa em Vila Franca de Xira, onde os presentes estão eleitos, e a decidir sobre os atos de gestão política deste concelho. Sobre as dívidas dos outros, vai ficar por aqui, porque pensa que se quisesse falar da Câmara Municipal de Lisboa, Odivelas ou Alenquer, falaria de tantos exemplos, de maus exemplos, de coisas que não se devem repetir, que envergonham a cara do PS, passar-se-ia a noite toda a falar disso.----------

Não vai dar esse prazer ao Sr. Presidente, a bem da discussão local e dos atos de gestão que têm de ser praticados por este município, é por isso mesmo que disseram o que disseram, pedindo ao Sr. Presidente para não se deixar ir por essa tentação fácil, de querer olhar para o lado, para não querer verificar o que se está a passar dentro do concelho, em que é o presidente da câmara, eleito pelo Partido Socialista. Deve falar e assumir as suas responsabilidades, não deve falar do que não sabe, além de ser uma deselegância para com os seus camaradas de partido, pois dos maus exemplos do PS em matéria da água, passar-se-ia a noite toda a falar deles, começando pelos aumentos dos preços, quando se iniciou a privatização, por iniciativa do seu partido.----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira sabe, e é sincero, que o próprio o ouve sempre com muita atenção. Certamente que o Sr. Vereador também o ouve com muita atenção, e estará lembrado da sua intervenção em nome da bancada da CDU na última reunião, em que uma das coisas que salientou, de entre várias, foi a manutenção dos preços da água nas famílias.----------

Indo por ordem, o Sr. Vereador disse que a opção da CDU devia ser política, que não compreendia, mas tem o próprio que dizer, como o Sr. Vereador sabe, e talvez até é mais experiente nestas situações, que todas as votações da CDU são opções políticas, mas as opções políticas têm, ou só política por política, ou política em casos concretos. Neste caso há o aumento de 1%, e também, na outra reunião, o próprio não disse que era exagerado. Já referiu, e volta a referir a satisfação que todos têm, neste concelho, dos serviços dos SMAS, e pode até admitir que a água é mais barata que noutros sítios, tendo exemplos, até na província, onde é muito mais cara, mas isso vai ser tudo alterado com a nova lei.----------

O Sr. Vereador trouxe exemplos de outras autarquias, e o seu camarada, Sr.

Vereador Nuno Libório, já falou sobre isso, fazendo-lhe lembrar a questão do IMI, doutras discussões anteriores. Cada caso é um caso, cada um sabe de si, e não vai entrar por aí, embora algumas coisas sejam pertinentes e outras não. ----------

Compreende, e não está só a não ver nada, há coisas que esta câmara municipal faz bem, tem feito bem, e nisso tem dado esse testemunho. Não tem a questão de dizer, nem a sua bancada, que tudo o que o Partido Socialista tem feito nesta câmara municipal é errado ou está mal, mas, para não roubar muito tempo, e para terminar, reporta-se apenas à manutenção do consumo das famílias, em que pensa que também tem que se ser claro nesta situação. ----------

Não é um ataque que faz, nada disso, mas é preciso ser claro, e não diz que o Sr. Vereador não é claro, pois pela intervenção que fez até parece que nenhum munícipe deste concelho vai ter 1% de aumento de água, e isso não é verdade. A manutenção do 0% é para famílias a partir de 5 pessoas, e com esta crise demográfica que existe, não sabendo bem como é no concelho, mas também deve existir, as pessoas agora, ou não têm filhos, ou passam a ter um filho. Não sabe, não tem os dados, mas pode ir ver, porque maioritariamente este concelho não tem famílias com 5 pessoas. A sua bancada realçou essa situação do 0%, mas tem de dizer que as famílias de menos de 5 pessoas têm o aumento de 1%, e não vai agora dizer se é muito se é pouco. ----------

Não se trata da água, mas a discussão do Sr. Vereador António Oliveira foi a da água, e aí já "desmistificou" a intervenção o Sr. Vereador, que já concordou com o próprio que é a partir de 5 elementos. Há outras rubricas, não é só a água, mas quer deixar muito claro, concretamente e diretamente, que pode cometer um lapso, mas o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, que destas estatísticas sabe melhor do que o próprio, já disse que é como o próprio estava a dizer, ou seja, maioritariamente, neste concelho, as pessoas vão ter aumento de água. No entanto, ouviu o Sr. Vereador António Oliveira, aprende com ele, e é sensível a algumas questões, sendo que, quanto à questão da opção política, é uma opção política, baseada neste aumento. ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que se referirá apenas ao ponto 5, pois quanto ao ponto 1 já o seu companheiro falou, começando por referir que misturar a taxa de resíduos com a conta da água, quando a água e saneamento são

tratadas pelos SMAS, e a recolha pela câmara municipal, é de qualquer dos modos promover uma contabilidade pouco transparente, não se percebendo, no final das contas, o que são as transferências de um lado para o outro entre a recolha de resíduos, e o abastecimento e saneamento da água, e quais os custos de cada parte das atividades destas entidades.----------

O país está assim há muito tempo, a entrar na contabilidade ambiental, e como só se pode gerir o que se conhece dificilmente esse sistema se gere sem abordagem microeconómica. Assim, é preciso mais reflexão.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo apresentaram um requerimento, e tiveram a resposta apresentada pela presidência, há momentos.----------

Sobre a situação de haver bastantes ou alguns furos de prospeção e água, sabem que foge ao conhecimento do município e perguntam, competindo à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, se é possível o município perguntar à APA a relação dos furos existentes no concelho. Constituindo os furos uma fonte de acesso à água era importante saber o que há no concelho, que efetivamente poderia servir de base de dados para uma análise futura.----------

Depois, concordam, pela situação conhecida nos outros municípios, que em parte dos resíduos sólidos as receitas têm de partir duma parte fixa, e de outra parte variável, em função do consumo da água, e sabem também, quanto à recolha, pela informação escrita que ontem obtiveram na assembleia municipal, que a quantidade dos resíduos indiferenciados anda na casa dos 7 043,660 toneladas, a parte do vidro de 186,940 toneladas, do papel 282,960 toneladas, e das embalagens 160,940 toneladas.----------

Não sabem se isto contribuiu também para haver alguma receita, ou se foi, em certa medida, só fator de custo, na parte de recolha, e gostariam de saber se a parte estimada, nos dados gerais, com o valor de 3 276 262,02€ para tarifas, em termos de custo, pode ser melhor desenvolvida em termos do que é a recolha deste tipo de indiferenciados, vidro, papel ou embalagens, para terem um conhecimento mais completo.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto à primeira questão, que é fácil pedir essa informação à APA e isso será feito. Quanto aos reciclados, de facto há receita, de qualquer modo há dados que valerá a pena referir, e o Sr. Vice-Presidente vai

fazê-lo, que é um decréscimo dessa mesma recolha, que é natural, pois há menos consumo, e há uma outra coisa, uma situação de concorrência desleal: "Andam muitos ao cartão". De facto essa recolha agora é menor, justamente porque há uma economia paralela à volta desta matéria, que é complicada.----------

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, mencionando ao Sr. Vereador Vítor Silva que a preocupação com a parte relativa à determinação dos custos, quer do sistema de água e saneamento, quer do sistema da recolha de resíduos, está resolvida, e esse é um dos aspetos positivos que esta legislação tem, porque não tem só aspetos negativos. Tem aspetos positivos, e um deles é que obriga os sistemas a contabilizarem devidamente os custos operacionais que têm nos serviços que prestam ao consumidor, e isso está feito, é o que dá origem ao tarifário proposto. ----------

O cuidado com que o município tem vindo a trabalhar, quer na área da água e saneamento, quer dos resíduos, dá origem a que este tarifário que se apresenta consiga ser, no caso, o mais baixo do distrito de Lisboa, e, mesmo com este aumento de 1% inevitável, continua a ser o mais baixo do distrito.----------

Dirá, utilizando uma parte do argumento do Sr. Vereador Nuno Libório, que é exatamente porque são autarcas do concelho de Vila Franca de Xira que apresentam o tarifário mais baixo do distrito de Lisboa, é exatamente porque isso defende a comunidade, e é exatamente porque é prova de que no município, todos, e os trabalhadores, estão a trabalhar bem, bem como é por essas razões que se impõe que se aprovem, no caso, as tarifas mais baixas do distrito.----------

Pode-se depois pintar mais de "encarnado", "cor de laranja" ou "cor-de-rosa", mas a verdade é exatamente esta, e quando se faz a comparação dos preços não são comparações feitas pelo Partido Socialista, não são sequer feitas pela câmara municipal, é a ERSAR, que é quem gere estes sistemas, que publica na Internet estes dados todos. ----------

Fá-lo, não por ser do PSD, não por ser sequer do Governo, não por ser do Partido Socialista, nem com certeza por ser do Partido Comunista, é pura e simplesmente porque os cidadãos têm o direito de saber quanto pagam e quanto é que os seus vizinhos pagam, nestes e noutros sistemas, o que é absolutamente fundamental.---

Acrescenta que a questão do "pay as you throw", que o Sr. Vereador Vítor Silva

levantou e o Sr. Vereador Rui Rei também tinha levantado na sua primeira intervenção, e o próprio tinha aflorado, é uma situação interessante sob o ponto de vista do estudo sobre a matéria, e também é importante sob esse ponto de vista, porque o estudo, nomeadamente contabilístico e analítico, o que vai ditar é um maior conhecimento, e perceber porque é que em determinadas zonas do território se consegue reciclar mais do que noutras, e porque é que se têm mais custos numas zonas ou noutras por via de errada colocação de resíduos.----------

Esta questão vai permitir que a capacidade de comunicação, de pedagogia sobre a população, possa também ser mais eficaz, e essa é a razão fundamental pela qual se fazem comparações. Não se está isolado do mundo, antes pelo contrário, e é absolutamente fundamental que os decisores políticos saibam exatamente o que estão a decidir, e a dimensão do que estão a decidir. Por isso, este trabalho, e também os compromissos que se lançam, são compromissos que vão "na onda" e no caminho que se está a seguir, e dirá que há de haver objetivos que se conseguem concretizar mais depressa. ----------

No entanto, de uma forma geral, este compromisso, por um lado, com a lei, por outro, com a consciência social que sempre se teve neste município, e por outro com a eficácia que se tem de conseguir impor nestes processos, ditará com certeza o menor impacto possível sobre as famílias, que é no fundo o que se pretende, e não tem dúvidas que se continuará a conseguir, e por isso, quando se está com duas propostas que são as mais baixas possível, pode-se pintar como se quiser a coisa, mas efetivamente é a melhor hipótese que existe para as pessoas que residem em Vila Franca de Xira, que hão de comparar com os outros à volta, e vão ver que pagam menos. Dê-se a volta que se der, é isto que diz a realidade.------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira, para um pequeno esclarecimento, bem como uma avaliação final, no sentido de se passar depois à votação. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que convém, pegando nas palavras do Sr. Vereador Aurélio Marques, desmistificar uma situação, que é a questão das famílias. Está-se a falar, para 70 000 clientes que os SMAS têm, no aumento de 1% no valor base da água do primeiro escalão, do consumo doméstico, de 0,0056 por mil litros de água. Convém saber do que se está a falar,

que é de metade de um cêntimo por mil litros de água, porque, quanto à questão de que o agregado familiar é menos de 3 ou de 4, o agravamento, no primeiro escalão, que é aquele que norteia, passa de 0,5629 para 0,5685, não chegando a um cêntimo por mil litros, quando uma garrafa pequenina de água custa 0,60€. -----
Assim, tem que se ser frontal.----------
Depois, em questões de água o Partido Socialista também não recebe lições de ninguém, nem faz comparações em termos gerais, como foi feito.----------
Em relação às questões levantadas pela Coligação Novo Rumo, há que analisar pontos, mas nalguns, nomeadamente o primeiro, não são os serviços, é a questão dos 3 meses. A ERSAR só dá o seu parecer final após 15 de outubro, o que significa que os serviços técnicos dos SMAS andam desde junho a trabalhar nas tabelas, com reuniões na ERSAR, para evitar uma situação, ou seja, imagine-se que agora se aprovavam as tabelas, havia acordo da câmara municipal nas tabelas, que se remetiam à ERSAR, e no dia 1 de janeiro não havia tabelas aprovadas pela ERSAR.-
Não são os serviços, é a lei que determina isto, a questão dos 3 meses bate no 15 de outubro, e o que se poderá é receber contributos para as tabelas, introduzi-los e começar a discuti-los com a ERSAR. É a legislação que determina a questão, e em relação às outras, há muitas na área dos resíduos sobre as quais não pode falar. Quanto às questões focadas sobre a água, não vê qualquer problema.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que o que está em causa é que é 1% de aumento, e há pouco, por lapso seu, esqueceu-se de dizer que para os munícipes abaixo das 5 pessoas foi criado um novo escalão, pelo que vai haver um aumento muito maior também para essas pessoas.----------
Retomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, para dizer que se nota perfeitamente que o Sr. Vereador deveria ter feito o trabalho de casa, com toda a frontalidade, pois é uma disposição da ERSAR, que obriga a criar o 4º escalão. -------
Disse o Sr. Vereador Aurélio Marques que isso não interessa, ao que o Sr. Vereador António Oliveira respondeu que interessa, porque tem que se cumprir a lei. ----------
Perguntou o Sr. Vereador Aurélio Marques quem está a dizer para não se cumprir a lei, ao que o Sr. Presidente respondeu que são todos cumpridores da lei. ----------
Continuou o Sr. Presidente, referindo que a reflexão foi interessante, e é evidente que pode não estar, num ou outro aspeto, em desacordo, mas pensa que mesmo a

CDU considera que se fez um esforço muito grande para que se trouxessem a reunião de câmara propostas exequíveis, em que são necessários estes afinamentos, que não só são exigências que a lei impõe, mas também já não se fazem aumentos há muitíssimos anos. ----------

Lembra que não era essa a prática de há muitos anos atrás, em que havia aumentos todos os anos. Há muitos anos que não se fazem aumentos, e era necessário fazer este afinamento, que é um pequeno afinamento.----------

Entretanto, no decorrer desta reunião, foi apresentado pela Coligação Novo Rumo um conjunto de questões que parecem exequíveis. Não sabe se no prazo que é colocado, mas vai-se tentar verificar.----------

Há esta matéria que o Sr. Vereador António Oliveira colocou, que lhe parece ser incompatível com o que os membros da Coligação Novo Rumo colocam, porque poder-se-á estar a trazer uma proposta 3 meses antes, e depois a própria ERSAR ter um entendimento completamente diferente, até porque os parâmetros que a própria entidade define só os define muito mais à frente, para outubro. Esse ponto será difícil de concretizar, a não ser que se faça um estudo muito estimativo, que depois poderá ter que ser corrigido certamente.----------

Em termos gerais, por um lado, agradece o facto da Coligação Novo Rumo ter trazido essas propostas, que exigem um aprofundamento maior, principalmente na área dos resíduos, e é nesse sentido que se está a trabalhar, bem como diz que aceita essas propostas, sendo que, no decorrer da análise e do estudo é provável que haja uma ou outra dificuldade, que será transmitida imediatamente aos Srs. Vereadores, no sentido de se avaliar melhor. Em termos base aceita estas recomendações, que julga que são efetivamente isso mesmo. ----------

De seguida, passou à votação do ponto 1, perguntando quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto foi aprovado com o voto contra da CDU.----------

Quanto ao ponto 5, perguntou quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto foi aprovado com os votos contra da CDU. ----------

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar a Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015, com as recomendações apresentadas pelos membros da Coligação Novo Rumo.----------

TABELA DE TARIFAS E PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA PARA O ANO DE 2015

DECLARAÇÃO DE VOTO

A proposta de Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015, presente à última reunião de Câmara, foi objeto de apreciação sumária pelos membros da Coligação Novo Rumo, e dado o seu caráter extenso e apresentação algo intempestiva, não foi possível à nossa bancada proceder a uma avaliação em condições do documento, pelo que pedimos a sua retirada, para melhor avaliação, reconhecendo a importância do que nele está disposto e das implicações da sua aplicação quer para os munícipes quer para a sustentabilidade financeira da atividade dos SMAS. Tendo-nos sido recusada a retirada do ponto, não tivemos outra opção que votar contra, o que levou à que o mesmo fosse chumbado. De notar que são mais de 140 Taxas e Tarifas.

Este diploma mereceu-nos dúvidas no conteúdo e na forma de cálculo, dúvidas que não nos foram cabalmente esclarecidas na discussão havida em reunião sobre este ponto e ainda nas respostas verbais que os serviços prestaram.

De acordo com a informação prestada, a proposta foi elaborada em cumprimento da legislação sobre a matéria (Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro), devendo ser acompanhada da respectiva fundamentação económico-financeira, a qual foi assentar nos seguintes pressupostos:

"1. Respeito pelos princípios de gestão previstos no Regulamento do Serviço de Abastecimento Público em vigor no Município de Vila Franca de Xira, bem como na legislação em vigor, designadamente, a utilização sustentável dos recursos hídricos, a universalidade e igualdade de acesso, a qualidade e continuidade do serviço e protecção dos interesses dos utilizadores, a

promoção da solidariedade económica e social, o princípio do utilizador pagador e da sustentabilidade económica e financeira dos Serviços.

2. Foi considerado um aumento de 1%, face ao ano anterior, aplicado a maioria dos serviços prestados.

3. Manutenção dos preços dos consumos domésticos das tarifas familiares, face ao ano anterior.

4. Na continuidade do cumprimento da Recomendação n.º 01/2009 do IRAR (actual ERSAR), que determina como obrigação das entidades gestoras a execução, manutenção e renovação de ramais, bem como a ligação dos sistemas públicos ao sistema predial, sem facturação específica dos serviços prestados, tem sido feita de forma gradual a evolução para a não cobrança destas tarifas, suprindo-se em 20% em cada exercício económico os custos do valor de 2011, por forma a suprimir a cobrança destes valores num prazo máximo de cinco anos.

5. Para cumprimento da estrutura tarifária recomendada pela ERSAR foram introduzidos:

a) 4.e escalão na tarifa variável de venda de água dos consumos domésticos;

b) Distinção na cobrança da tarifa fixa de venda de água para utilizadores domésticos e não-domésticos, com contadores até 25 mm.

6. Para adequação do tarifário ao Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água em vigor no Município de Vila Franca de Xira, foram introduzidas tarifas em contrapartida da prestação de serviços auxiliares, designadamente:

a) Colocação de contador por facto imputável ao utilizador (situação distinta da colocação inicial de contador com a celebração de contrato);

b) Encargos com deslocações;

c) Encargos de envio de aviso de corte por correio registado;

d) Limpeza de fossas particulares em locais sem contrato de abastecimento de água;

e) Apreciação de projectos e telas finais;

f) Vistorias técnicas.

7. Ainda na adequação do tarifário ao já identificado Regulamento, de referir a introdução de uma tarifa de venda de água para consumos de obras e estaleiros de obras e actividades temporárias (salientando-se que o valor a cobrar se mantém similar ao dos consumos comerciais e industriais, como anteriormente, tratando-se apenas da sua correta identificação).

Para fundamentar os valores da tabela de tarifas e preços destes serviços municipalizados, foi efectuado um levantamento das actividades inerentes a cada prestação de serviço e determinação dos respectivos custos directos que incidem sobre a mão-de-obra, máquinas e viaturas e materiais.

O valor/hora da mão-de-obra foi calculado com base na tabela remuneratória de 2008, incluindo as remunerações base e adicionais, os seguros e encargos da entidade para com a segurança social e caixa geral de aposentações.

Os custos indirectos, de acordo com a mesma fonte, são essencialmente de cariz administrativo e resultam da aplicação de um coeficiente de 25% sobre os custos directos. A tarifa fixa resulta do seguinte cálculo: custos patrimoniais do sector respectivo a dividir pelo número de contadores instalados, a dividir por 12 meses, acrescido de 25%.

A tarifa variável é calculada em função dos custos operacionais e financeiros do sector respectivo a dividir por m3 de água vendida. Sendo que no saneamento este valor é reduzido em 20%."

Todas estas formas de contabilização baseiam-se em pressupostos que mereceriam melhor discussão.

Pelo que sabemos, face ao aprovado no ano anterior, a maioria das taxas aumenta cerca de 1%, existindo na proposta taxas e tarifas que irão sofrer uma diminuição de 50%, ou seja, para metade.

São ao todo 18 'Na sequência da implementação da recomendação n.º 1/2009 do IRAR (ERSAR) os SMAS de Vila Franca de Xira, assim, reduzem gradualmente 20 pontos percentuais aos valores das tarifas inerentes à ligação à rede e acesso ao serviço, bem como a construção de ramais domiciliários.

Em 2012, 2013 e 2014 procedeu-se à redução de 20% sobre o valor aplicado em 2011. Em 2015, procedeu-se à redução de 20% também sobre os preços de 2011, ficando assim a redução acumulada nos 80 pontos percentuais.

Das mais de 140 Taxas e Tarifas, 74 aumentam 1%.

A Tarifa familiar não sofre aumentos e a Tarifa Fixa de Venda de Água, para os contadores normais de utilizadores domésticos e não-domésticos aumenta 1%, numa média de 4 a 5 cêntimos para os para os escalões mais baixos.

A tarifa variável de saneamento mantém-se nos 19% do consumo de água.

Trata-se de uma matéria tecnicamente complexa, até mesmo para os especialistas, pois implica e interliga o abastecimento e distribuição de água de consumo, o saneamento básico e a recolha de resíduos, nos aspetos legais, regulatórios, administrativos, funcionais, processuais, económicos, financeiros, tarifários e ambientais, uma vez que as receitas relativas à gestão de resíduos são cobradas também na fatura da água, adicionando-se a todas os encargos que oneram os consumidores, mas não fornecendo reais sinais económicos que mudem o comportamento dos mesmos na aplicação dos princípios de poluidor-pagador e da aplicação da hierarquia de resíduos privilegiando a redução na fonte e a recolha seletiva, entre outros.

Não é algo que se possa apreciar e avaliar em meia dúzia de horas ou dias!

Assim, condicionamos a aprovação deste diploma aos seguintes requisitos:

- Pretendemos, e queremos a promessa por parte do Executivo, que este documento venha à revisão de um modo mais atempado no próximo ano, pelo menos a 3 meses do prazo da sua aprovação, para que possamos, de um modo mais construtivo e eficaz, propor as alterações que considerarmos mais adequadas, com base no estatuto de oposição, de modo a proteger o

interesse público e o de todas as partes envolvidas visando a sustentabilidade financeira destes serviços;

- Queremos incluir a garantia do acesso universal ao serviço de água e saneamento, com a inclusão de uma tarifa social para as famílias membros no rendimento social de inserção ou beneficiando do apoio social da CM ou subsídio de desemprego ou ainda aquelas que têm pagamentos em atraso, que o requeiram, em que é garantido um fornecimento máximo mensal assegurado por um redutor de caudal colocado no contador. O fluxo será assim suficiente para a higiene mínima diária e para cozinhar mas não será suficiente para uso de máquinas de lavar, garantindo assim que não haverá abusos desse benefício. Impede, por outro lado, um endividamento ainda maior das famílias;

- Queremos que seja colocada uma informação mais detalhada de modo gráfico relativamente ao que são os consumos reais de cada contador na fatura, evidenciando mas separando os custos relativos às taxas e impostos aplicados (fixos e variáveis), com mensagem explicativa sobre as razões técnicas da aplicação dessas taxas e tarifas e sugestões de poupança de água e separação de resíduos;

- Desenvolver, no prazo de um ano, numa zona muito delimitada no concelho e a uma escala representativa das diversas situações um sistema de PAYT (Pay As You Trow) baseado em volume ou peso dos resíduos depositados, monitorizando os resultados de uma forma científica por uma entidade de referência, a qual deverá apresentar um relatório e recomendações para uma eventual aplicação à generalidade do concelho, de modo a poder-se estudar em condições o desacoplamento da tarifa de resíduos em relação ao consumo de água e a separar as duas contabilidades (água/saneamento e resíduos);

- Desenvolver, no prazo de um ano, um estudo de contabilidade analítica que evidencie os reais custos as operações e os serviços de fornecimento e distribuição de água, de saneamento e de

recolha de resíduos, por fluxos (indiferenciado, selectivo - ecopontos e ilhas -, limpeza e cortes em zonas verdes, monstros, outros resíduos).

Considera a CNR que só se pode gerir bem o que se conhece. Misturar contabilidades não é a melhor forma de conhecer os custos dos processos envolvidos nas águas e nos resíduos pelo que há que encontrar medidas que possam conhecer melhor para melhor gerir essas atividades.

Na urgência da avaliação e aprovação da Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015 devido aos prazos legais que têm que ser cumpridos, a Coligação Novo Rumo, com o sentido de responsabilidade que carateriza esta coligação, no interesse do município e dos nossos munícipes, caso vejamos atendidas as nossas pretensões, viabilizaremos a aprovação deste diploma.

Vila Franca de Xira, 27 de Novembro de 2014

Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Vítor Silva

1. Assunto: TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2015 --
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 141/14, de 12/11, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos para vigorar durante o ano de 2015. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 141/14, de 12/11, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 1 da ordem do dia. ----
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, com as recomendações apresentadas pelos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

Assunto: REFEITÓRIO DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO----------

Presente o processo instruído com requerimento nº 29/2014 dos membros da Coligação Novo Rumo, datado de 2014/11/10, e comunicação interna nº 333/14, de 17/11, do Notariado Privativo Municipal, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, para análise da situação atual do refeitório da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que quem requereu o agendamento deste ponto não foi a CDU, e por isso tem que dar a palavra primeiro ao requerente. -------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo podem discutir este ponto hoje, mas, eventualmente, a câmara municipal pode aprofundá-lo e trazer mais explicações na próxima reunião de câmara. Ao olharem e lerem só o que os técnicos da câmara municipal trouxeram, ficam com a ideia que em 1983, em janeiro, a câmara municipal aceitou a cedência daquela loja, e em 1984, um ano depois, foi atribuído um valor de 135 000$00 para efeitos de cedência à câmara municipal.----------

Em março de 1984 é assinado o contrato-promessa de cedência com a câmara municipal, e consta ainda, do referido contrato de cedência, que a empresa que cede estava a construir no regime de propriedade horizontal um prédio urbano, sendo este acordo como compensação da autorização concedida pela câmara municipal em reunião de 27/01/1982, ou seja, um ano antes do início da deliberação de cedência da loja à câmara municipal. Esse contrato dizia que a escritura seria celebrada num prazo máximo de 60 dias após a assinatura. ----------

Em 1989 veio um ofício da 2ª Repartição de Finanças de Vila Franca de Xira, informando a câmara municipal que a respetiva loja foi penhorada, e a câmara municipal respondeu em fevereiro desse mesmo ano à repartição de finanças, enviando o respetivo contrato-promessa de cedência. ----------

Verifica-se ainda que a sociedade que cedeu a respetiva loja à câmara municipal tinha várias penhoras, e portanto tinha um problema que, mais tarde ou mais cedo, sobraria para alguém, neste caso para a câmara municipal. ----------

Diz, em determinada altura, a técnica que submete este documento, que se

presume, embora não conste nenhuma informação no processo, que terá sido por estas razões que a escritura definitiva não foi celebrada. ----------

Concorda com tudo, não pode é concordar com esta afirmação, porque, em primeiro lugar, a técnica não pode presumir, e não pode presumir porque no ponto 6, anterior, diz que a escritura tinha que ser feita em 60 dias após a assinatura. "A escritura será outorgada no prazo de 60 dias a contar da data em que o prédio urbano se encontrar registado com a sua constituição em propriedade horizontal na Conservatória", é o que diz o ponto 6 da comunicação interna, e do ponto de vista que têm, no ponto 11 há, efetivamente, uma contradição, mas é um detalhe.-

Portanto, anos mais tarde, em 1999, se não está enganado, já com o Partido Socialista a governar a câmara municipal, a Srª Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo escreveu uma carta à câmara municipal, à Srª Presidente da câmara municipal, avisando dos problemas que assistiam àquela loja, e que a junta ficaria sem ela. ----------

O Sr. Vereador com o pelouro à época, Sr. Carlos Silva, em 1999, respondeu, dizendo, basicamente: "Não se preocupe, porque o assunto vai ser resolvido", porque entretanto a proprietária da loja passou a ser a Obrisantos. Disse que o assunto seria resolvido, e que a firma em questão estava disponível para encontrar uma solução, que não passava, obviamente, pela saída da junta de freguesia das instalações. ----------

Isto foi em 1999, está-se a falar de 2014, e poder-se-ia perguntar: Desde 1983 até hoje, porque é que este assunto, efetivamente, não foi resolvido? ----------

Não quer fazer juízos de valor, mas neste assunto aplica-se a velha máxima daqueles homens e mulheres que em tempos tinham a utopia de criar uma sociedade melhor, que é, "eles comem tudo e não deixam nada". "Alguém comeu e bebeu, e deixam agora para pagarmos as despesas". ----------

Com o devido respeito, gostariam de saber, em detalhe, quem foram os intervenientes, quem é que, efetivamente, comeu e bebeu, que se deve entender como as empresas que beneficiaram de todas estas autorizações da câmara municipal, porque não estão a favor com o que está escrito no documento, não estão a favor de entregar isto assim. ----------

Querem saber o que é que fizeram todos estes intervenientes, desde à época até

hoje, para registar esta loja e não a registaram. Em 1999 o Sr. Vereador Carlos Silva escreveu o que escreveu, dizendo que iria tratar, e gostavam de saber o que é que está na câmara municipal com a assinatura do Sr. Vereador Carlos Silva e da Srª Presidente, à época, sobre esta matéria em concreto, que proteja claramente os interesses dos cidadãos. Em 1999 ainda era possível proteger, porque esta "gente" tinha muita coisa para construir e aprovar no concelho, agora é que não tem, e portanto têm que saber o que é que aqui se passa. ----------

Não estão de acordo que, mais uma vez, se entregue e fique assim, que as coisas vão ficar assim, a câmara municipal fica sem uma loja, e se fosse sem 40 era igual. Não estão efetivamente de acordo, e querem saber o que aconteceu, porque é um exemplo, entre muitos outros, que gostariam de ver esclarecidos.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que este é um processo que se arrasta, o que é uma evidência, e será prudente os membros da CDU circunscreverem-se aos atos de natureza documental, ou pelo menos àqueles a que tiveram acesso. ----------

Perguntam se a câmara municipal tem conhecimento, desde a primeira falência, e um dado curioso é que, do momento inicial da primeira falência e penhora do bem até à presente data, em termos singulares estão sempre a falar das mesmas pessoas, não há uma grande alteração dos intervenientes proprietários. É uma análise possível, entre outras, do que se está a passar do ponto de vista da leitura dos documentos.----------

Muda-se o nome da empresa mas as pessoas são as mesmas, apesar de que perdem posse por supostas dívidas à banca, estando nos documentos nomeados alguns bancos, e o primeiro registo acontece logo no início dos anos 80 para o Banco Pinto e Sotto Mayor, que hoje já não existe. Mais tarde, em 2012, vem-se a saber que a Isiverca tem como mesmo representante a Obrisantos, que também está na origem do proponente da alteração ao alvará que constituiu como de direito adquirido para o município, de acordo com a legislação da época, a atribuição de uma fração para fins de natureza pública. ----------

Assim, a primeira pergunta é: A câmara municipal está na posse de informação de que, na sequência dessa penhora, a junta de freguesia foi até constituída como fiel depositária, legalmente? A interpretação dos membros da CDU, perante um

processo desta natureza, é que partiu sempre do pressuposto, quer da junta de freguesia, quer da câmara municipal, ao longo de todos estes anos, que o edifício era de propriedade municipal. Por isso mesmo ocupou da forma como ocupou, e com as atividades que lá deixou instalar ao longo de todos estes anos, porque doutra maneira não poderão compreender como é que a situação se arrasta da maneira como se arrastou. ----------

Têm uma preocupação, que pensam que seja também uma preocupação do PSD e do PS, ou seja, face à situação gerada hoje já se voltou a ter uma nova empresa, a Isiverca, que na prática continua a ser a mesma desde os anos 80, a Obrisantos. Está a falar dos singulares, sócios, da composição societária, e a pergunta é: A câmara municipal, partindo do pressuposto que não quer abdicar deste património, porque faz falta, e pertence-lhe por direito próprio, ao fim destes anos todos, que já são mais de 20, deve interpor uma ação judicial no sentido de reivindicar aquilo que é seu? ----------

Pensa que é o mínimo que pode fazer, porque, tendo os membros da CDU conhecimento que até a própria junta de freguesia se constituiu legalmente como fiel depositária, a informação que dispõem é que nem sequer nunca foi solicitada, nem a câmara municipal, no exercício do poder de compra, que era um direito que lhe assistia. Portanto, estas penhoras todas aconteceram na sequência de execuções fiscais, sem que aquele que efetivamente era o proprietário, o município, tenha sido alguma vez solicitado a pronunciar-se sobre esta matéria. -----

Pensam que há um caminho, admitindo que possa ser denso, que pode revelar-se como eficaz do ponto de vista da salvaguarda dos direitos do município. Estão preocupados com uma situação, pois sabem que há um conjunto muito significativo de trabalhadores, a cargo da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, que poderão, de um momento para o outro, perder as instalações, com prejuízo para as suas refeições, além da perda do património, se nada for feito. ----------

Como entendem que o município é quem detém competência e habilitação própria para imediatamente travar por via judicial o que está a acontecer, é isso mesmo que propõem. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que da parte do executivo PS não há nenhuma

objeção, na sua perspetiva, e do conhecimento que teve obrigação de ter da análise do processo. ----------

Depois, se a Drª Paula Ascensão quiser acrescentar algo à discussão, agradece. -----

Crê que há um fator determinante no meio deste processo, que é uma alteração ao loteamento, automaticamente há um problema de insolvência da própria empresa construtura, em que o prédio, no seu todo, foi penhorado pelo Banco Pinto & Sotto Mayor. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que já tinha sido feita a constituição da propriedade horizontal. ----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, respondendo que não, e que há um momento, que é o momento capital, que a Drª Paula Ascensão poderá explicar melhor que o próprio, que é justamente aquele em que o prédio é constituído em propriedade horizontal, porque aí a câmara municipal devia ter feito, na sua perspetiva, aquilo que não fez para salvaguardar os seus interesses, a escritura da fração. ----------

Até ali não o podia fazer, porque o prédio não estava constituído em propriedade horizontal, e é só no momento em que a propriedade horizontal é feita, e não é pela câmara municipal, pode ser feita externamente. A constituição da propriedade horizontal até é feita sem que a câmara municipal tenha nenhuma interferência, vem a conhecer posteriormente, e houve certamente uma dificuldade de conhecimento do momento em que a propriedade horizontal foi feita. Julga que foi assim, porque se assim não fosse, os serviços deveriam imediatamente, tal como é referido no memorando, fazer a escritura dessa fração. Ao não o fazerem, criou-se de facto um problema. ----------

Esse problema advém do banco ter posto o prédio e as frações em leilão, e nesse leilão serem adquiridas por diversas pessoas, entre as quais a empresa Obrisantos, que adquiriu esta, e pensa que até adquiriu mais. Pelo menos a câmara municipal tem 2 lojas alugadas ali, em que vai agora cessar o contrato de arrendamento, porque se encontrou outra solução, que parece muito mais lógica e económica. É nisso que o município tem vindo a trabalhar, naquele serviço que é prestado pelo Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes – NAT. Há dois NAT, um em Alverca, outro em Vila Franca de Xira, e o NAT de Vila Franca de Xira já está na Castanheira do Ribatejo, no centro de saúde, onde devia estar. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que estava a ler os despachos, e que o Sr. Vereador Artur Bértolo, já falecido, na reunião de câmara de 11/01/1984, apresentou a seguinte proposta: "proponho a aprovação da avaliação, e que o proprietário seja convocado para celebrar a escritura de cedência com a câmara municipal".----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, respondendo que não podia.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que percebe.----------

O Sr. Presidente interveio de novo, dizendo que a intenção subscrita pelo ex-vereador Artur Bértolo era boa.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório retomou a palavra, mencionando que a proposta do Sr. Vereador Artur Bértolo foi aprovada por unanimidade, e o que queria perceber, se o Sr. Presidente estiver em condições de o poder dizer, é se são factos efetivamente imputáveis ao funcionamento da câmara municipal ou fatores externos, que não dependem da responsabilidade da autarquia.----------

Por aquilo que o Sr. Presidente disse, depreende esta segunda versão.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há uma coisa que precisa de dizer, não está nesta discussão para a "caça às bruxas". Estão todos presentes para discutir o assunto, tentar encontrar um fio condutor do processo, e já se irá à solução.----------

Em primeiro lugar tem que se perceber o que aconteceu, que foi, justamente, no momento em que é constituída a propriedade horizontal não se ter feito a escritura.----------

Essa deliberação de câmara, aprovada por unanimidade, é nula relativamente ao seu efeito, na medida em que não havia a constituição de propriedade horizontal.--

Pensa que houve neste processo, de facto, uma situação que "escorregou" até aos dias de hoje.----------

Quanto à outra questão, já se falará sobre a solução.----------

A Drª Paula Ascensão tomou a palavra, dizendo, relativamente à questão dos momentos, que o Sr. Vereador Nuno Libório estava a dizer que a deliberação é de 1984, que dizia o despacho para se convocar o interessado para vir celebrar a escritura, mas não poderia ser celebrada escritura de nenhuma fração. Dizia-se também no contrato-promessa que estava em construção um edifício no lote 6,

ora, se estava em construção o edifício, não estava construído, e também não estava constituída a propriedade horizontal. ----------

Aquilo que está escrito mais não é do que o elencar da situação que se conseguiu descobrir neste processo antigo, tendo a própria uma certidão da conservatória do registo predial referente ao prédio em causa, em que se diz, numa apresentação de 5/09/1988, que foi penhorado o prédio, e depois frações de outro prédio. Há sucessivas hipotecas, que vão sendo constituídas sobre o prédio em construção, por reforço do capital do empréstimo, que o construtor, neste caso Santos & Carvalho, foi fazendo. ----------

A penhora é constituída sobre o prédio em construção, neste caso, em 5/09/1988, estando no processo uma apresentação que diz: "constituição da propriedade horizontal em 11/10/1988". A propriedade horizontal foi constituída depois, pelo que esta penhora que existe vai abranger todas as frações do prédio, como é óbvio. Assim, em 1984 nunca se poderia fazer a escritura. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, respondendo que não se poderia, não só porque o objeto de alteração ao loteamento tinha sido aprovado com base num pressuposto urbanístico, cujo detalhe no momento não o tem, como é óbvio, e ao mesmo tempo que era construído o edifício no seu todo estavam-se a constituir hipotecas. Algumas delas não foram salvas, e portanto houve uma execução de bens. ----------

Daí a interpretação dos serviços, na pessoa da Drª Paula Ascensão, depreendendo-se que não tenha sido possível a constituição da escritura, uma vez que a penhora, em si, inviabilizava todo e qualquer ato dessa natureza.----------

Contudo, a principal intenção dos membros da CDU é, de facto, o momento seguinte, o momento em que agora se encontram.----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo, se percebeu neste momento, que a questão do ponto 11 não é nenhuma, portanto aquilo que disse não fazia nenhum sentido. A explicação está corretíssima, os membros da Coligação Novo Rumo perguntam é se a câmara municipal tinha, antes dessas penhoras, um contrato-promessa. Antes das penhoras a câmara municipal tinha um contrato-promessa, e pergunta: Se tinha um contrato-promessa, as penhoras sobrepõem-se ao direito que a câmara municipal tinha constituído? Sobrepõem-se?----------

A Drª Paula Ascensão tomou a palavra, respondendo que sim, é um mero contrato-promessa, e não foi feito com eficácia real, ou seja, ao ponto de se poder ir à conservatória registar esse direito, embora ainda não houvesse propriedade horizontal, mas pelo menos podia-se registar.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando como é que não tem eficácia real. Só pergunta, não está a contestar o que a Drª Paula Ascensão disse, como é que não tem eficácia real, se aparece com base numa decisão real que a câmara municipal tomou? ----------

Tomou a palavra a Drª Paula Ascensão, dizendo que o que está presente é tudo muito real, mas eficácia real neste processo quer dizer outra coisa.----------

O Sr. Vereador Rui Rei retomou a palavra, dizendo que sabe, é que se possa executar, que tenha validade jurídica.----------

Tomou de novo a palavra a Drª Paula Ascensão, acrescentando que é no sentido de se poder ir à conservatória registar, para que esse direito passe à frente dos outros em futuras situações. É só isso que quer dizer, nestes termos, eficácia real. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que então é porque não se registou. ----------

A Drª Paula Ascensão retomou a palavra, dizendo que não se podia registar, porque o contrato-promessa não tinha eficácia real. ----------

Não foi escrito no contrato-promessa que tinha eficácia real, e que revestiu a forma de uma escritura pública. Não tem a forma de escritura pública, como se viu na cópia distribuída ao Srs. Vereadores, é um contrato, um escrito entre particulares, um documento entre particulares, um mero contrato-promessa, não tinha eficácia real, logo, não pôde ser submetido a registo. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à decisão que a câmara municipal tomou neste processo, de dar direitos de construção àqueles senhores.----------

Sabe que tem relevância jurídica, não está a contestar a relevância jurídica das coisas, está é a contestar as decisões que se tomaram, que deram efetivamente direitos a um conjunto de gente que resolveu o que tinha para resolver, naquele caso em concreto, e agora, ao olhar hoje para trás, verifica que não se salvaguardou a câmara municipal em lado nenhum.----------

É isto que verifica, e vê mais, a tal decisão do Sr. Vereador Artur Bértolo, a

proposta que depois foi votada por maioria, é absolutamente irregular, não serve para coisa nenhuma. "Tome-se uma decisão, vá-se fazer", mas não pode ser feito. -
A Drª Paula Ascensão tomou a palavra, dizendo que serviria para muito, se por acaso não tivesse havido os problemas todos ao nível do processo, se o senhor não tivesse reforçado e tido uma série de hipotecas. As hipotecas podem-se sempre ter, desde que se levantem no momento em que se celebram os contratos com a câmara municipal. O problema a seguir foi a penhora. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que continua a dizer uma coisa, ou seja, quando se agenda uma proposta para reunião de câmara, ela tem que ser sustentada de alguma forma. Se se agenda uma proposta que é juridicamente impossível de implementar, alguma coisa está errada, e até dá "de borla" àquele vereador, onde se inclui, porque de certeza que com o próprio seria exatamente a mesma coisa à época, a não ser que tivesse outra predisposição para ler, mas pergunta se a câmara municipal, mesmo à época, tinha juristas, que acompanhavam a reunião de câmara.----------
O que vê, com o devido respeito, não sabe se é com "caça às bruxas", se não é, e não contesta estas explicações todas.----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se chegou ao ponto fundamental da análise deste processo.----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando: Admitindo que era do desconhecimento do Sr. Presidente que a junta de freguesia se constituiu como fiel depositária, alguma das autarquias foi solicitada quando os atos de penhora, para exercer eventuais opções de compra? ----------
O Sr. Presidente interveio, respondendo que esta matéria passou vários presidentes de junta, foi "rolando" ao longo dos anos, vários tentaram resolver, não conseguiram, e chega ao momento em que a pessoa vai à junta de freguesia e diz: "Esta loja é minha, vocês têm que sair daqui para fora, porque eu preciso daquela loja. Desocupem-na". ----------
É aqui que começa a questão, e foi nesse sentido que pediu à Drª Paula Ascensão para analisar o processo, e ver qual era a sustentabilidade que se tinha para evitar que a fração fosse devolvida.----------
Tem conseguido protelar o problema, mas a sua resolução poderá caber nesta

sede, numa decisão com a qual não está em desacordo, tanto com uma bancada, como com a outra. Portanto, se é para avançar com uma ação para evitar a devolução da fração, acompanha sem problemas absolutamente nenhuns. ----------

Gostava, no entanto, de estar mais confortável, no sentido de saber qual é a eficácia disto mesmo. ----------

Tomou a palavra a Drª Paula Ascensão, esclarecendo que tem algumas dúvidas, mas, melhor do que a própria, também o advogado da câmara municipal poderá responder. ----------

Tem algumas dúvidas, tendo em conta sentenças que já viu, e tendo em conta a base documental que se tem. Depois de muito procurar, conseguiu encontrar só este processo em arquivo, que são estes documentos que se têm, e o que tem a mais é uma certidão antiga, que por acaso não juntou, onde estão estes espaços, o que é importante, e se calhar tem de tirar agora uma recente.----------

Agora, sabe que há muitas situações, porque o município não é proprietário, é um promitente adquirente, tem uma promessa de cedência.----------

Não está a dizer que não é séria, mas o que o Sr. Presidente lhe perguntou foi qual era a viabilidade de uma ação destas, e tem algum receio, porque há casos destes. No fundo, o objeto principal da ação, independentemente de todos os contornos de outra ordem, é que, face aos documentos que se têm, a um contrato-promessa que se tem, mais nada, não há nenhum outro título de propriedade, se vai reivindicar uma posse que se tem tido da fração ao longo destes anos todos, e a contraparte responderá com um registo. ----------

A questão pode demorar anos no tribunal, vai-se continuar a ocupar a fração, mas pode demorar 8, 10, 5 ou 4 anos, e o mais provável é sempre para mais e não para menos, e não sabe o que pode sair dali. A câmara municipal pode ser condenada a sair da fração, e muita coisa pode acontecer.----------

Tem algum receio, mas, como diz, melhor do que a própria dirá o advogado da câmara municipal.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se pode ter de pagar uma indemnização, muita coisa pode acontecer, e tem que se estar consciente do que se tem entre mãos. ----------

Assim, o que o próprio disse no princípio da reunião de câmara parece-lhe que tem

sentido. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não parece à CDU que um contrato-promessa de cedência seja uma situação de menor valor, no âmbito da disputa judicial que possa acontecer, é esta a perspetiva dos seus membros. ---------

A segunda questão é que todas as partes, incluindo a câmara municipal, sempre agiram de boa-fé, e o princípio da boa-fé ficou provado a partir do momento em que foi aprovada na câmara municipal uma alteração ao alvará inicial de construção. Sucederam-se alterações externas, por situações que não foram diretamente imputáveis a esta câmara municipal, que geraram penhoras, execuções de bens patrimoniais, às quais o município, ao longo de todos estes anos, foi absolutamente alheio. Na modesta e humilde opinião que os membros da CDU têm, a câmara municipal tem legitimidade para justificar e reivindicar posse judicial deste património. ----------

Depois, questiona se no entretanto foi feita alguma diligência com a Isibeira, que é agora a nova "testa de ferro", e diria que não é "testa de ferro", é a nova empresa, a proprietária do estabelecimento, no sentido de ser confrontada com toda esta questão. Como é óbvio, não acredita que a mesma não conheça a história de todo este processo, e há uma coisa que, de facto, lhes suscita muita apreensão, que poderá pôr em causa a legalidade de tudo isto que aconteceu. Em todo este momento, formalmente, o município nunca foi chamado a pronunciar-se se queria ou não exercer a sua opção de compra, quando estava a ocupar o espaço. Ocupar não é só ter a chave, exercia dentro desse espaço, e mais tarde através da junta de freguesia, atividades em concreto. A última delas foi o refeitório, porque até serviu, a dada altura, não conseguindo agora precisar, e durante quanto tempo, como espaço de apoio a atividades do município.----------

Há uma tradição provada e demonstrada de utilização do espaço por parte do município, seja por usucapião ou outra figura legal que se encontre como mais prudente, ou eficaz, pelo que o município deve agir em função da defesa do seu "direito de propriedade".----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que já se utiliza aquele espaço desde 1984.-------

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que até secções de voto ali já foram feitas.----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que desde há muitos anos, desde os anos 80, que a câmara municipal, na base de um contrato-promessa de cedência utiliza o espaço, e na base disso cedeu-o aos vários executivos de junta que entretanto sucederam.----------

Aquele espaço foi já utilizado por "n" coisas, e já lá viu ensaios de ranchos folclóricos, o que sabe porque durante muitos anos morou ao lado e ouvia esses ensaios. Já foi utilizado para outros fins, teatro, e nos últimos anos para refeitório dos trabalhadores da junta de freguesia.----------

Há de facto uma manutenção ao longo destes anos da sua posse, da sua utilização, e chegados aqui o gerente da empresa, que agora é a Isiverca, veio, junto da junta de freguesia, dizer que tem que desocupar o espaço, porque é daquela empresa.---

Foi nesta altura que a junta de freguesia lhe colocou a questão, e o próprio respondeu que não, que era da câmara municipal, mas, com a insistência, pediu para se aprofundar, porque antes deste agendamento já se andava a analisar o processo, com base na preocupação do Sr. Presidente da junta atual, ao dizer que estava na iminência de sair dali, porque afinal o espaço tem um proprietário, que quer aquilo de volta, porque quer vender a loja.----------

A partir daí, de facto tem-se vindo a analisar o processo até ao dia de hoje.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que é o mesmo empreiteiro, desde a primeira penhora.----------

Respondeu o Sr. Presidente que é outra empresa com o mesmo gerente.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que sabe, muda o nome da empresa, mas singularmente trata-se dos mesmos intervenientes. É correto?---------

Respondeu o Sr. Presidente que é verdade. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que isso é grave, no sentido de ser muito importante, e configura outro tipo de coisas. A este tipo de gente, que andou a comer e beber durante estes anos todos, custa muito dar-lhe o que seja, nem que seja um "bago de arroz", pois é inaceitável.----------

O próprio não sabia o que o Sr. Vereador Nuno Libório disse, mas, a ser verdade, e acredita que seja, é importante.----------

Respondeu o Sr. Presidente que está no memorando. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que verificar isso não consta no

documento, mas se o Sr. Vereador diz, acredita que é, e é importante. Quer dizer que um tipo deita abaixo um conjunto de empresas, abre as outras que ficam com o património, o que configura outra coisa. ----------

Depois, gostaria de dizer só mais uma coisa. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para não se apressar nessa conclusão, pois o próprio fez a pergunta. Gostaria de saber, e é uma pergunta muito em concreto, que é importante que se saiba: Do ponto de vista da sociedade, são ou não os mesmos intervenientes? ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que o próprio está a partir do princípio que são.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o que fez foi a pergunta, e pede desculpa se o Sr. Vereador compreendeu mal. ----------

Interveio o Sr. Presidente, solicitando aos Srs. Vereadores para lerem o ponto 14 do memorando, onde está tudo dito.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que só quer terminar com uma questão. A câmara municipal concedeu uma alteração, seja a quem for, pois os que vêm a seguir não ficam só com os proveitos, ficam também com os deveres, tendo a câmara municipal sido informada da penhora.----------

A câmara municipal, quando aprovou este loteamento, foi com um conjunto de condicionantes, e pergunta se é juridicamente válido ou não, porque se não é válido, andam todos a aprovar um conjunto de documentos, e amanhã "o tipo" vai para a falência, e tudo o que se aprovou na câmara municipal vale zero.----------

Está farto de vir a reuniões falar das coisas, e parece que se aprendeu zero, e isto não é um exemplo. Tem-se o exemplo de Vialonga, de José Maria Duarte Júnior, e não é "caça às bruxas", mas não viu nenhum culpado. É talvez o licenciamento mais rápido a que se assistiu na história da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, uma cedência de 2 lotes de José Maria Duarte Júnior à câmara municipal, que a seguir "meteu" um projeto de licenciamento à câmara municipal, e a mesma aprovou um licenciamento para lotes que são seus, não são do empreiteiro, que a seguir os vendeu.----------

A câmara municipal nunca chamou ninguém à responsabilidade? Tem um filho de 8 anos, e se é para ser assim, se calhar é melhor que venha para aí alguma coisa,

porque "a malta faz o que quer, sobra-lhe tempo, e não pode ser". ----------
Gostava que um jurista, e neste caso o advogado da câmara municipal, e não é "olhar só pela rama", olhasse para isto tudo. ----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que foi justamente no início desta reunião que sugeriu, ainda o Sr. Vereador Rui Rei não estava presente, que este ponto fosse retirado, no sentido de haver uma análise jurídica para orientar sobre o melhor caminho a seguir, e o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que a informação que os membros da CDU tinham era suficiente para discutirem o ponto, e então está-se a discutir. ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo já levantaram há muito tempo esta situação, e inclusivamente, se há sentenças em tribunal, a câmara municipal há de ter sido notificada para alguma coisa. A Drª Paula Ascensão falou em sentenças, o próprio não sabe se são, e pergunta se há decisões do tribunal.----------
Tomou a palavra a Drª Paula Ascensão, afirmando que não disse que eram sentenças, falou em casos.----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se há alguma decisão do tribunal sobre esta situação. ----------
A Drª Paula Ascensão tomou a palavra, dizendo que não, o que falou foi que há casos análogos. ----------
Sr. Vereador Rui Rei interveio, perguntando se esta situação já foi julgada nalgum sítio.----------
Respondeu a Drª Paula Ascensão que não. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se a situação não foi julgada, então a câmara municipal tem condições para avançar.----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que não é jurista, mas pela prática da vida, pensa que a Santos & Carvalho não é a mesma da Obrisantos.-------
A Obrisantos, quando comprou em leilão, comprou só esta fração ou comprou mais? ----------
O Sr. Presidente interveio, respondendo que pensa que comprou mais.----------
O Sr. Vereador Vítor Silva retomou a palavra, dizendo que se calhar a Obrisantos desconhecia a situação desta fração estar prometida ao município. ----------

Independentemente disso, o parecer que o Sr. Presidente sugere, com o qual também concorda, pode ser importante para esclarecer essa fase de transição da venda da Santos & Carvalho para a venda em leilão da fração. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que não vale a pena protelar mais a discussão, e está-se em condições de decidir. ----------

Como estão todos, aparentemente, de acordo, vai-se avançar com uma ação que permita manter a posse da fração. Vai decorrer a ação, e depois logo se verá qual o resultado de mesma, o que permitirá que a junta de freguesia mantenha a utilização do espaço para refeitório dos seus trabalhadores. ----------

O Dr. Manuel Rodrigues fará aquilo que for a decisão da câmara municipal.----------

Questiona, neste sentido, se se vai avançar com uma ação que determine a manutenção da posse e utilização daquela fração, na base de um contrato-promessa de cedência. ----------

O Sr Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo que não sabe se é isso, se só há essa prova, e que o Dr. Manuel Rodrigues poderá olhar para o processo e verificar, além do contrato, as decisões que foram tomadas em reunião de câmara. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que isso faz parte da própria construção da ação. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se se notificou formalmente a junta de freguesia ou a câmara municipal sobre a devolução da loja. ----------

O Sr Presidente respondeu que pensa que se notificou formalmente a junta de freguesia, mas não tem a certeza.----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que será com base nessa notificação. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que a junta de freguesia é que reage perante a câmara municipal.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que estão presentes 2 documentos, e não é jurista, pelo que não sabe se têm algum valor, mas o das finanças dá conhecimento à câmara municipal da penhora da dita cuja ou ditas cujas, pedindo à câmara municipal, no prazo de 10 dias, para mandar o que tinha, e a câmara municipal mandou esse contrato-promessa de cedência. Não sabe, não é jurista, se isso também tem algum valor, mas deve ter. Portanto, as finanças

ficaram a saber que havia um contrato-promessa de cedência. Não sabe, e só está a alertar.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há provavelmente uma imprudência das próprias finanças.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que há uma questão prática, é que a junta de freguesia, que está no local a fazer o papel de gestora do espaço, poderá estará pensar a qualquer momento entregá-lo, e pelo que o próprio sabe prepara a qualquer momento o transporte de tudo o que ali acontece para a escola de Brejo, dando já como adquirido que o espaço não é, nem da junta de freguesia, nem da câmara municipal, e que perdeu o equipamento.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai concluir o assunto, propondo, se todos estiverem de acordo: ----------

Em primeiro lugar: notificar a junta de freguesia das conclusões da decisão da reflexão que foi tomada, referindo nessa notificação que se vai avançar com uma ação, não se sabe ainda em que moldes, no sentido de manter a posse/utilização da fração e, nesse sentido, a junta de freguesia manter a utilização que tem vindo a ter ao longo deste tempo;----------

Em segundo lugar, avançar com uma ação, que o advogado do município, juntamente com a Drª Paula Ascensão, considere como a mais ajustada, para salvaguardar aquilo que se puder salvaguardar neste processo.----------

Assim, estando todos de acordo, fica aprovado. ----------

Deliberado, por unanimidade, notificar a junta de freguesia da reflexão que foi feita nesta reunião, e avançar com uma ação em tribunal, no sentido de manter a posse do imóvel.----------

---

---

1. Assunto: EXTINÇÃO DA CASA DO POVO DE VILA FRANCA DE XIRA – UTILIZAÇÃO VITALÍCIA DO PÁTIO DO IMÓVEL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 286/14, de 28/10, do DGAFJ/D, para análise e decisão sobre a utilização vitalícia pelo ex-sócio da Casa do Povo de Vila Franca de Xira, António Francisco da Silva, do alpendre do pátio do prédio sito na rua José Carlos Gonçalves, nº 2, em Vila Franca de Xira, a fim de aí estacionar o seu veículo pessoal. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 286/14, de 28/10, do DGAFJ/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para análise e decisão, referindo que há somente um momento, em que ao último fundador vivo da direção da Casa do Povo foi dada uma autorização, num determinado momento, para lá poder pôr o veículo. ----------
   Entendeu-se, na base de um pedido que o tribunal coloca, sobre a posição da câmara municipal na manutenção ou não dessa autorização, que isso está só sustentado em autorizações verbais, não está nada escrito, e não há nenhum documento. Não é assim Dr. Fernando Barreiros? ----------
   Respondeu o Dr. Fernando Barreiros que é exatamente assim, o senhor manteve lá o carro enquanto a Casa do Povo teve o usufruto. Agora que a Casa do Povo vai perder o usufruto, que não pode continuar, o usufruto vem para a câmara municipal, o senhor quer continuar, ou seja, manteve sempre essa expectativa de lá poder ficar com o carro debaixo do telheiro. ----------
   O Sr. Presidente interveio, dizendo que pressente que sobre esta matéria a decisão não é de autorizar a continuidade da manutenção do senhor poder ter lá o carro, e julga que se vai decidir no sentido de que vai ter de deixar de lá poder parquear o

carro. ----------

Assim, pergunta aos Srs. Vereadores se é isso. ----------

Tendo os presentes respondido afirmativamente, solicitou ao Dr. Fernando Barreiros para fazer o favor de informar o tribunal e o interessado, de que efetivamente tem que deixar de parquear o automóvel. ----------

Está-se a falar duma pessoa com alguma idade, talvez com 80 e tal anos, e naturalmente que o carro, a acompanhar essa idade, é um clássico, um Rover, que se for dos antigos é uma peça magnífica. ----------

Assim, trata-se de informar o tribunal e o interessado desta decisão, que é unânime. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, não conceder a utilização vitalícia do pátio do imóvel. ----------

Assunto: PROPOSTA Nº 4 – CENTRO CULTURAL DO BOM SUCESSO – DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ----------

Presente proposta nº 4 dos membros da CDU, datada de 2014/11/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativa à dotação de equipamentos para o Centro Cultural do Bom Sucesso.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a discussão deste ponto e do ponto 6 da ordem do dia passarão para um segundo momento, uma vez que o Sr. Vice-Presidente se teve que ausentar, era ele que iria falar, e não se deverá conversar sem a sua presença, pois é quem tem dados suficientes para se poder elucidar. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não é correta a instrução das propostas tal como o Sr. Presidente fez.----------

Os membros da CDU propõem uma dada análise, e até à data da discussão propriamente dita, no exercício da discussão, não sabem qual é a posição da câmara municipal sobre esta matéria. A CDU pede uma análise, e neste sentido questiona o que é que a câmara municipal informa. Não informa? ----------

Reporta-se ao ponto 4, que a câmara municipal não informou.----------

Respondeu o Sr. Presidente que vai informar agora, no decorrer da discussão.--------

Prosseguiu o Sr. Vereador, perguntando: Não é correto a câmara municipal, à semelhança da preparação e da fundamentação das outras propostas, proceder a uma informação para entregar previamente aos vereadores? ----------

Pensa que é assim que deve funcionar.----------

Respondeu o Sr. Presidente que vai solicitar ao Sr. Vice-Presidente que faça um ponto de situação de tudo. ----------

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se não for assim, a CDU chega exatamente da mesma maneira como entrou, que é apresentar uma preocupação, justificar uma proposta de agendamento, mas continuar sem saber qual é a posição da câmara municipal, e o mesmo se aplica ao ponto 6.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o ponto 6 tem que ser visualizado. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o que tiver de ser visualizado tem que ser previamente do conhecimento da CDU. Como é que tem tempo de visualizar e ter uma opinião logo sobre o que vê?----------

Retirado da ordem do dia. ----------

Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 E 2014/2015 – PONTO DE SITUAÇÃO ATUALIZADO----------

Presente o processo instruído com requerimento nº 26/2014 dos membros da CDU, datado de 2014/11/12, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para análise do ponto de situação atualizado do Orçamento Participativo 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015. ----------

A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto 4 da ordem do dia. -------

Retirado da ordem do dia. ----------

Assunto: CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO VICENTE MÁRTIR DE VILA FRANCA DE XIRA----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/11/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da minuta do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Vicente Mártir de Vila Franca de Xira, para celebração da missa dominical.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que acredita que esta matéria não suscita nenhuma dúvida e, no fundo, é regularizar uma situação que já acontece há muitos anos, sendo que na conversa com o Sr. Padre o próprio disse que, de uma vez por todas, valeria apenas isto ser um ato normal. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

---

Encerramento às 21h40. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2014/12/30, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal

- Alberto Simões Maia Mesquita -

encerra